ATOS OFICIAIS

FOLHA REGIONAL HOJE

DIRETOR: IVAIR BOLOGNA | ANO XXVI | EDIÇÃO Nº 3005 - R$ 2,00 | JALES, SEXTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2026 | E-MAIL: JN.FOLHAREGIONAL@GMAIL.COM

CONSIRJ

Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Região de Jales
CNPJ 04.685.273/0001-78
Aparecida D'Oeste - Aspásia - Dirce Reis - Dolcinópolis - Jales - Marinópolis - Mesópolis - Palmeira D'Oeste - Paranapuã
Pontalinda - Santa Albertina - Santa Salete - Santana da Ponte Pensa - São Francisco - Urânia - Vitória Brasil
Rua Sebastião Martins, Nº 2373 - JD. Samambaia- Jales-SP - CEP 15.700-202
e-mail: consirjconsorcio@yahoo.com.br - Fone/Fax (17) 3632-8747

MARIA NEUDE VIEIRA SANTANA DE SOUZA, Diretora Administrativa do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Região de Jales – CONSIRJ no uso de minhas atribuições legais:

Considerando o **Ofício Interno/2026** de **12 de Outubro de 2026**, enviado pelo setor de Recursos Humanos do CONSIRJ, informando que o candidato abaixo convocado para cargo de **Técnico de Enfermagem** em **19 de Outubro de 2026**, compareceu dentro do prazo com a documentação correta.

Fica **NOMEADO,** o candidato abaixo relacionado, regularmente convocado, para o seguinte cargo:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM:

Classificação	Nº Inscrição	Nome	RG
32º	20034	ANTONIO BERNARDO DE OLIVEIRA NETO	528452319

O candidato deverá tomar **POSSE** para respectivo cargo na data de **01 de Dezembro de 2026.**

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

Jales - SP, 12 de novembro de 2026.

MARIA NEUDE VIEIRA SANTANA DE SOUZA
Diretora Administrativa do CONSIRJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ PAULISTA/SP

Rua Oito, nº 650, Paço Municipal – Centro
Nova Canaã Paulista/SP – CEP: 15.773-000
Fone/Fax (017) 3681- 8000
www.novacanaapaulista.sp.gov.br
e-mail: prefeitura@novacanaapaulista.sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ PAULISTA – SP

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

NOTIFICAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ PAULISTA, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 65.711.954/0001-58, com sede na Rua Oito, nº 650, Centro, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Thais Cristina Costa Moreira.

NOTIFICADA: B. K. TATEISHI LTDA, inscrita no CNPJ nº 58.776.870/0001-37, estabelecida na Avenida Weimar Gonçalves Torres, nº 325, Jardim Tropical, Dourados/MS, CEP 79.820-080, representada pelo Sr. Bruno Kojima Tateishi.

REFERÊNCIA: Processo nº 047/2026 – Pregão Eletrônico nº 010/2026 – Contrato Administrativo nº 078/2026.

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a Secretaria Municipal de Saúde, em atendimento à Emenda Impositiva nº 001/2025.

I – DOS FATOS E DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

O MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ PAULISTA, na qualidade de CONTRATANTE, vem, por meio desta, NOTIFICAR FORMALMENTE a empresa B. K. TATEISHI LTDA, em razão do descumprimento das obrigações assumidas por meio do Contrato Administrativo nº 078/2026, firmado em 07 de julho de 2026.

Conforme estabelecido no referido instrumento contratual, a empresa assumiu a obrigação de fornecer o seguinte objeto:

* Item: 02;
* Descrição: Longarina com 04 (quatro) lugares;
* Marca adjudicada e contratada: VELVE;
* Quantidade: 07 (sete) unidades;
* Valor unitário: R$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais);
* Valor total: R$ 5.355,00 (cinco mil e trezentos e cinquenta e cinco reais).

Ocorre que, até a presente data, a empresa não realizou a entrega dos equipamentos contratados, deixando de cumprir obrigação essencial assumida perante a Administração Pública.

Ressalta-se que a Cláusula Terceira do contrato estabelece expressamente que os equipamentos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde de Nova Canaã Paulista/SP, no prazo de até 05 (cinco) dias após a solicitação do setor competente. O pedido de compra foi realizado a mais de 30 (trinta) dias pelo município, ou seja, 14 de julho de 2026.

Além da ausência de entrega, a empresa apresentou solicitação de substituição da marca originalmente ofertada e aceita no procedimento licitatório, pretensão que não foi acolhida pela Administração Municipal, uma vez que não houve autorização para alteração das condições da proposta vencedora e do objeto contratado.

Importante destacar que a Administração Pública está vinculada às condições estabelecidas no edital, na proposta vencedora e no contrato administrativo, não sendo admissível que a contratada promova unilateralmente alterações nas características do produto adjudicado, especialmente quanto à marca ofertada, sem a devida análise e autorização administrativa, observadas as hipóteses legais.

Portanto, permanece integralmente exigível o fornecimento dos equipamentos nas condições originalmente contratadas.

II – DO FUNDAMENTO LEGAL E CONTRATUAL

A presente notificação encontra fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente:

Art. 115: determina que o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da legislação, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Art. 155, incisos I, III e VII: estabelece a responsabilização administrativa do contratado que der causa à inexecução parcial ou total do contrato ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.

Art. 156: estabelece as sanções administrativas aplicáveis ao responsável pelas infrações contratuais, incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, conforme a gravidade e as circunstâncias da infração.

Também fundamentam esta notificação as disposições das Cláusulas Terceira, Quarta, Nona e Décima do Contrato Administrativo nº 078/2026, que estabelecem as condições de entrega, recebimento, penalidades e obrigações da contratada.

III – DA DETERMINAÇÃO E DO PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO

Diante do exposto, o MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ PAULISTA NOTIFICA a empresa B. K. TATEISHI LTDA para que:

1. Proceda à entrega integral dos 07 (sete) equipamentos contratados, correspondentes a 07 (sete) longarinas de 04 lugares, da marca VELVE, conforme proposta vencedora e Contrato Administrativo nº 078/2026.

2. Realize a entrega dos equipamentos no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento desta notificação, na Secretaria Municipal de Saúde de Nova Canaã Paulista/SP, situada na Rua Seis, nº 576, Centro, no horário de funcionamento estabelecido contratualmente.

3. Apresente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestação formal e documentada acerca dos motivos que ocasionaram o descumprimento da obrigação contratual, esclarecendo as razões da ausência de entrega dos equipamentos e da solicitação de substituição da marca originalmente contratada.

4. Abstenha-se de realizar qualquer substituição de marca, modelo ou especificação dos equipamentos sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal, observadas as disposições legais e contratuais.

IV – DAS CONSEQUÊNCIAS DO NÃO ATENDIMENTO

Fica a empresa NOTIFICADA expressamente advertida de que o não atendimento às determinações acima poderá ensejar a adoção das medidas administrativas e legais cabíveis, incluindo:

a) Instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade pelo descumprimento contratual;

b) Aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e nas disposições do edital e do contrato, observados os pressupostos legais e a proporcionalidade;

c) Aplicação de multa, caso prevista no instrumento convocatório ou contratual, observados os limites legais;

d) Eventual extinção do Contrato Administrativo nº 078/2026, nos termos dos artigos 137 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021;

e) Adoção das providências necessárias para assegurar a continuidade do atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Ressalta-se que eventual aplicação de penalidade dependerá da instauração do procedimento administrativo pertinente, assegurando-se à empresa o contraditório e a ampla defesa, inclusive o prazo legal de 15 (quinze) dias úteis para defesa na hipótese de aplicação de multa, conforme art. 157 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo dos demais prazos e garantias previstos em lei.

V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente notificação constitui medida formal de ciência à contratada acerca das irregularidades verificadas na execução do Contrato Administrativo nº 078/2026, proporcionando-lhe oportunidade de regularização da obrigação assumida e apresentação de justificativas.

O Município ressalta que não aceitará o fornecimento de equipamentos em desacordo com as condições estabelecidas no procedimento licitatório e no contrato, tampouco reconhecerá qualquer alteração unilateral da proposta vencedora.

O não atendimento desta notificação será devidamente certificado e encaminhado ao setor competente para adoção das providências administrativas cabíveis.

Sem mais para o momento, aguarda-se o imediato cumprimento das obrigações contratuais.

Nova Canaã Paulista/SP, 09 de novembro de 2026.

THAIS CRISTINA COSTA MOREIRA
Prefeita Municipal
Município de Nova Canaã Paulista/SP

PREFEITURA M. VITÓRIA BRASIL

Termo Aditivo nº 01/2026
Contrato nº 056/2026
Pregão Eletrônico nº 007/2026 - Processo nº 020/2026
Contratante: Prefeitura do Município de Vitória Brasil - CNPJ 01.611.210/0001-89
Contratada: Mercearia Vieira Ltda EPP - CNPJ 58.293.838/0001-09
Objeto: Reequilíbrio econômico dos Itens 20, 53, 59, 60, 67, 76, 84, 85, 86 e 92.
Valor do Aditivo: R$ 14.232,30
Assinatura: 05/11/2026

Termo Aditivo nº 01/2026
Contrato de Cessão de Uso nº 135/2025
Concorrência Pública Presencial nº 001/2025 - Processo nº 036/2025
Contratante: Prefeitura do Município de Vitória Brasil - CNPJ 01.611.210/0001-89
Contratada: 63.550.525 Jessica Venute Guireli - CNPJ 63.550.525/0001-10
Objeto Contratual: Permissão de uso de espaço público para exploração comercial de um imóvel comercial, ***QUIOSQUE PÚBLICO Nº 02*** – localização: Situado na rua XV de Novembro, Centro, Vitória Brasil/SP, para fins de instalação de um bar/lanchonete.
Objeto do Termo Aditivo: Prorroga a vigência do Contrato por mais 12 meses com reajuste.
Valor Mensal: R$ 311,34
Assinatura: 06/11/2026

Termo Aditivo nº 01/2026
Contrato nº 062/2026
Pregão Eletrônico nº 007/2026 - Processo nº 020/2026
Contratante: Prefeitura do Município de Vitória Brasil - CNPJ 01.611.210/0001-89
Contratada: Agno Antonio da Silva Ltda ME - CNPJ 07.227.172/0001-41
Objeto: Reequilíbrio econômico dos Itens 70 e 71.
Valor do Aditivo: R$ 1.562,94
Assinatura: 09/11/2026

Termo de Extinção Consensual de Contrato
Contrato nº 139/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026 - Processo nº 042/2026
Contratante: Prefeitura do Município de Vitória Brasil - CNPJ 01.611.210/0001-89
Contratada: 710 CBD Ltda - EPP - CNPJ 04.844.384/0001-80
Objeto Contratual: Contratação de empresa especializada no ramo de medicamentos para abastecimento da Unidade Básica de Saúde/Estratégia de Saúde da Família "Jandira Cardoso Olhier".
Objeto do Termo: "*Termo de Extinção Consensual de Contrato*"
Assinatura: 10/11/2026

Contrato Ata de Registro de Preços nº 153/2026
Pregão Eletrônico nº 017/2026 - Processo nº 042/2026 – SRP nº 009/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Vitória Brasil - CNPJ 01.611.210/0001-89
Contratada: Pontamed Farmacêutica Ltda - CNPJ 02.816.696/0001-54
Objeto Contratual: *Contratação de empresa especializada no ramo de medicamentos para abastecimento da Unidade Básica de Saúde/Estratégia de Saúde da Família "Jandira Cardoso Olhier".*
Objeto: Reequilíbrio econômico do Item 135 - Dipirona 500mg/ml 2ml (amp).
Valor do Aditivo: R$ 252,00
Assinatura: 12/11/2026

PREFEITURA M. VITÓRIA BRASIL

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

1 de 2

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISTA ATÉ O BIMESTRE	REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE	SALDO A REALIZAR (a-c)
RECEITAS CORRENTES	30.269.600,00	31.537.500,00	25.406.819,72	26.750.937,77	4.786.562,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.329.500,00	1.361.500,00	1.115.334,33	1.214.338,42	147.161,58
Contribuições	47.000,00	47.000,00	38.995,08	17.178,20	29.821,80
Receita Patrimonial	376.500,00	533.900,00	469.564,47	702.751,59	-168.851,59
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências correntes	28.486.100,00	29.564.600,00	23.757.414,46	24.815.690,84	4.748.909,16
Outras Receitas Correntes	30.500,00	30.500,00	25.511,38	978,72	29.521,28
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	982.500,00	982.500,00	982.405,05	94,95
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	982.500,00	982.500,00	982.405,05	94,95
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	4.669.600,00	4.669.600,00	3.777.950,62	3.822.234,55	847.365,45
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	25.600.000,00	27.850.400,00	22.611.369,10	23.911.108,27	3.939.291,73
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	25.600.000,00	27.850.400,00	22.611.369,10	23.911.108,27	3.939.291,73
DÉFICIT (IV)				0,00	
TOTAL (V) = (III + IV)	25.600.000,00	27.850.400,00	22.611.369,10	23.911.108,27	3.939.291,73

PAULO HENRIQUE MIOTTO — Prefeito Municipal
ELISANGELA APARECIDA BORTOLETO — Controle Interno
LUIZ ANTONIO ABRA — Contador

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

2 de 2

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL ANUAL	CRÉDITOS ADICIONAIS/ ANULAÇÕES	DOTAÇÃO ATUALIZADA ANUAL	EMPENHADO ATÉ O BIMESTRE	LIQUIDADO ATÉ O BIMESTRE	PAGO ATÉ O BIMESTRE	SALDO A EMPENHAR	SALDO A LIQUIDAR	SALDO A PAGAR
DESPESAS CORRENTES	24.033.700,00	2.109.862,59	26.143.562,59	22.007.565,76	20.490.617,18	20.064.645,49	4.135.996,83	1.516.948,58	425.971,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.869.000,00	325.598,97	12.194.598,97	10.090.310,24	10.090.310,24	9.924.118,98	2.104.288,73	0,00	166.191,26
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.163.700,00	1.784.263,62	13.947.963,62	11.917.255,52	10.400.306,94	10.140.526,51	2.030.708,10	1.516.948,58	259.780,43
DESPESAS DE CAPITAL	922.000,00	3.979.466,10	4.901.466,10	3.668.805,34	1.393.719,43	1.393.719,43	1.232.660,76	2.275.085,91	0,00
INVESTIMENTOS	901.000,00	3.979.466,10	4.880.466,10	3.649.605,34	1.375.331,77	1.375.331,77	1.230.860,76	2.274.273,57	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	21.000,00	0,00	21.000,00	19.200,00	18.387,66	18.387,66	1.800,00	812,34	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	644.300,00	-408.040,00	236.260,00						
DESPESAS INTRAORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VIII)	25.600.000,00	5.681.288,69	31.281.288,69	25.676.371,10	21.884.336,61	21.458.364,92	5.368.657,59	3.792.034,49	425.971,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANC. (X) = (VIII + IX)	25.600.000,00	5.681.288,69	31.281.288,69	25.676.371,10	21.884.336,61	21.458.364,92	5.368.657,59	3.792.034,49	425.971,69
SUPERÁVIT (XI)					2.026.771,66				
TOTAL (XII) = (X + XI)	25.600.000,00	5.681.288,69	31.281.288,69	25.676.371,10	23.911.108,27	21.458.364,92	5.368.657,59	3.792.034,49	425.971,69

PAULO HENRIQUE MIOTTO — Prefeito Municipal
ELISANGELA APARECIDA BORTOLETO — Controle Interno
LUIZ ANTONIO ABRA — Contador

PREFEITURA M. VITÓRIA BRASIL

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

Página 1 de 5

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A OUT
1- RECEITA DE IMPOSTOS	1.146.500,00	1.051.812,77
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	104.000,00	77.480,04
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	56.000,00	72.116,65
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	236.500,00	274.258,75
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	750.000,00	627.957,33
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	25.150.000,00	20.731.969,81
2.1- Cota-Parte FPM	20.900.000,00	16.824.725,14
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea B	19.000.000,00	15.204.890,28
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea D e E	1.900.000,00	1.619.834,86
2.2- Cota-Parte ICMS	3.700.000,00	3.350.568,87
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	30.000,00	25.944,62
2.4- Cota-Parte ITR	20.000,00	25.655,62
2.5- Cota-Parte IPVA	500.000,00	505.075,56
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	26.296.500,00	21.783.782,58
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	4.669.600,00	3.822.234,55
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	1.924.125,00	1.623.518,66

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A OUT
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	1.374.000,00	1.318.255,30
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.374.000,00	1.318.255,30
6.1.1- Principal	1.365.000,00	1.302.159,68
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	9.000,00	16.095,62
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)	-3.304.600,00	-2.520.074,87

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

Página 2 de 5

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	48.449,06
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	48.449,06
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	1.366.704,36

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	1.539.398,97	1.287.894,50	1.287.894,50	1.252.707,40	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.473.398,97	1.234.022,92	1.234.022,92	1.198.835,82	0,00
10.1.1- Educação Infantil	729.100,00	586.123,33	586.123,33	573.296,76	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	744.298,97	647.899,59	647.899,59	625.539,06	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	66.000,00	53.871,58	53.871,58	53.871,58	0,00
10.2.1- Educação Infantil	63.000,00	53.871,58	53.871,58	53.871,58	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (sem disponibilidade de caixa) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUP. AO TOTAL DAS RECEITAS RECEB. NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	1.260.695,53	1.260.695,53	1.225.508,43	0,00	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.206.823,95	1.206.823,95	1.171.636,85	0,00	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	53.871,58	53.871,58	53.871,58	0,00	0,00	53.871,58
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE INDICADORES						
12.1- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.206.823,95	1.206.823,95	1.171.636,85	0,00	0,00	0,00
12.2- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI	53.871,58	53.871,58	0,00	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO10 (m)
15- INDICADORES FUNDEB (70% E 4%)				
15.1- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSI	922.778,71	1.206.823,95	1.206.823,95	91,55
15.2- MÍNIMO DE 4% DO FUNDEB NA CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI11	52.730,21	53.871,58	53.871,58	4,09
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

Página 3 de 5

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máx. de 10% de Superávit)3	VALOR MÁX. PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCED. AO MÁX. PERMIT.(q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	131.825,53	57.559,77	57.559,77	0,00	4,37

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	Valor de Superávit Permitido no Exercício Anterior (s)	Valor não Aplicado No Exercício Anterior (t)	Valor de Superávit Aplicado até o 1º Quadrimestre (u)	Valor Aplicado Após o 1º Quadrimestre (v)	Valor Total de Sup. Não Aplicado Até o Final do Exercício (w)	Valor de Superávit Permitido no Ex. Ant. não Aplicado no Exercício Atual (x)
19- Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB	151.510,60	27.198,97	27.198,97	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE – CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	3.542.700,00	3.019.803,61	2.815.143,62	2.771.124,71	0,00
20.1- Educação Infantil	1.110.000,00	819.731,52	767.508,94	750.824,56	0,00
20.2- Ensino Fundamental	2.407.700,00	2.176.490,55	2.030.059,14	2.002.724,61	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	25.000,00	23.581,54	17.575,54	17.575,54	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE – CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	5.082.098,97	4.307.698,11	4.103.038,12	4.023.832,11	0,00
21.1- Educação Infantil	1.902.100,00	1.459.726,43	1.407.503,85	1.377.992,90	0,00
21.1.1- Creche	1.894.100,00	1.454.726,43	1.403.663,85	1.374.152,90	0,00
21.1.2- Pré-Escola	8.000,00	5.000,00	3.840,00	3.840,00	0,00
21.2- Ensino Fundamental	3.179.998,97	2.847.971,68	2.695.534,27	2.645.839,21	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	2.815.143,62
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	3.822.234,55
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	6.637.378,17

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

Página 4 de 5

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	5.445.945,64	6.637.378,17	30,47

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	67.187,69	14.843,14	66.575,32	0,00	612,37
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	42.136,59	14.843,14	41.524,22	0,00	612,37
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	25.051,10	0,00	25.051,10	0,00	0,00
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	517.800,00	405.974,75
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	301.700,00	253.776,61
31.1.1- Salário-Educação	180.000,00	201.588,72
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	67.000,00	45.868,42
31.1.4- PNATE	0,00	0,00
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	54.700,00	6.319,47
31.2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	215.000,00	151.115,35
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.100,00	1.082,79

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	1.040.743,46	829.867,57	740.015,91	703.480,15	0,00
32.1- Educação Infantil	58.000,00	21.575,00	21.575,00	21.575,00	0,00
32.2- Ensino Fundamental	198.443,46	139.236,27	139.236,27	122.569,19	0,00
32.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- Ensino Superior	253.500,00	213.719,96	175.896,96	173.646,96	0,00
32.5- Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- Outras	530.800,00	455.336,34	403.307,68	385.689,00	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	6.122.842,43	5.137.565,68	4.843.054,03	4.727.312,26	0,00

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

Página 5 de 5

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

33.1- Despesas Correntes	5.934.648,97	5.106.572,96	4.812.061,31	4.696.319,54	0,00
33.1.1- Pessoal Ativo	3.628.098,97	3.225.338,00	3.225.338,00	3.164.930,44	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	25.000,00	23.581,54	17.575,54	17.575,54	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	2.281.550,00	1.857.653,42	1.569.147,77	1.513.813,56	0,00
33.2- Despesas de Capital	188.193,46	30.992,72	30.992,72	30.992,72	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	188.193,46	30.992,72	30.992,72	30.992,72	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (aj)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	73.500,16	0,00
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	1.318.255,30	201.588,72
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	1.278.006,81	0,00
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	113.748,65	201.588,72
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	113.748,65	201.588,72

PAULO HENRIQUE MIOTTO — Prefeito Municipal
ELISANGELA APARECIDA BORTOLETO — Controle Interno
LUIZ ANTONIO ABRA — Contador

PREFEITURA M. VITÓRIA BRASIL

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (b)	% (b/total b)	SALDO A EMPENHAR (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (d)	% (d/total d)	SALDO A LIQUIDAR (e) = (b-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.600.000,00	31.281.288,69	3.440.023,99	25.676.371,10	100,00	5.604.917,59	4.483.063,03	21.884.336,61	100,00	3.792.034,49	0,00
LEGISLATIVA	933.000,00	933.000,00	121.972,77	747.546,00	2,91	185.454,00	141.392,75	714.574,26	3,27	32.971,74	0,00
AÇÃO LEGISLATIVA	933.000,00	933.000,00	121.972,77	747.546,00	2,91	185.454,00	141.392,75	714.574,26	3,27	32.971,74	0,00
ADMINISTRAÇÃO	4.571.000,00	4.656.103,00	608.830,80	3.911.733,76	15,23	744.369,24	678.912,72	3.656.549,70	16,71	255.184,06	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.885.000,00	4.001.623,00	511.344,07	3.476.990,90	13,54	524.632,10	609.582,69	3.256.306,94	14,88	220.683,96	0,00
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	686.000,00	654.480,00	97.486,73	434.742,86	1,69	219.737,14	69.330,03	400.242,76	1,83	34.500,10	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.699.800,00	3.206.162,60	254.429,37	2.474.452,06	9,64	731.710,54	491.230,96	2.236.326,93	10,22	238.125,13	0,00
Assistência à Pessoa Idosa	285.000,00	409.638,00	1.910,03	302.460,50	1,18	107.177,50	35.528,13	261.568,99	1,20	40.891,51	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	438.000,00	563.574,60	15.061,73	396.024,77	1,54	167.549,83	94.210,53	338.439,76	1,55	57.585,01	0,00
Assistência Comunitária	1.976.800,00	2.232.950,00	237.457,61	1.775.966,79	6,92	456.983,21	361.492,30	1.636.318,18	7,48	139.648,61	0,00
SAÚDE	5.829.900,00	7.640.192,61	774.660,02	6.206.236,22	24,17	1.433.956,39	1.146.539,76	5.773.640,60	26,38	432.595,62	0,00
ATENÇÃO BÁSICA	5.299.900,00	7.110.192,61	767.501,22	5.747.949,37	22,39	1.362.243,24	1.092.865,18	5.329.891,04	24,35	418.058,33	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	420.000,00	420.000,00	0,00	400.000,00	1,56	20.000,00	46.515,78	385.462,71	1,76	14.537,29	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	55.000,00	55.000,00	0,00	21.079,05	0,08	33.920,95	0,00	21.079,05	0,10	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	55.000,00	55.000,00	7.158,80	37.207,80	0,14	17.792,20	7.158,80	37.207,80	0,17	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	5.752.800,00	6.122.842,43	986.354,42	5.137.565,68	20,01	985.276,75	1.013.432,51	4.843.054,03	22,13	294.511,65	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	607.800,00	530.800,00	60.087,23	455.336,34	1,77	75.463,66	84.410,94	403.307,68	1,84	52.028,66	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	3.124.000,00	3.353.442,43	612.898,04	2.963.626,41	11,54	389.816,02	586.208,42	2.817.195,00	12,87	146.431,41	0,00
ENSINO SUPERIOR	237.000,00	253.500,00	16.824,83	213.719,96	0,83	39.780,04	37.674,83	175.896,96	0,80	37.823,00	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.759.000,00	1.960.100,00	296.544,32	1.481.301,43	5,77	478.798,57	301.134,32	1.429.078,85	6,53	52.222,58	0,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	25.000,00	25.000,00	0,00	23.581,54	0,09	1.418,46	4.004,00	17.575,54	0,08	6.006,00	0,00
CULTURA	910.000,00	3.009.153,49	103.070,00	2.733.409,10	10,65	275.744,39	88.227,60	1.027.081,38	4,69	1.706.327,72	0,00
DIFUSÃO CULTURAL	910.000,00	3.009.153,49	103.070,00	2.733.409,10	10,65	275.744,39	88.227,60	1.027.081,38	4,69	1.706.327,72	0,00
URBANISMO	1.427.000,00	1.919.088,56	234.150,64	1.484.033,62	5,78	435.054,94	270.580,08	1.278.154,08	5,84	205.879,54	0,00
SERVIÇOS URBANOS	1.427.000,00	1.919.088,56	234.150,64	1.484.033,62	5,78	435.054,94	270.580,08	1.278.154,08	5,84	205.879,54	0,00
HABITAÇÃO	0,00	797.040,00	0,00	796.278,88	3,10	761,12	281.320,95	281.320,95	1,29	514.957,93	0,00
HABITAÇÃO URBANA	0,00	797.040,00	0,00	796.278,88	3,10	761,12	281.320,95	281.320,95	1,29	514.957,93	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	90.000,00	106.000,00	0,00	87.946,65	0,34	18.053,35	7.996,00	75.767,85	0,35	12.178,80	0,00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	90.000,00	106.000,00	0,00	87.946,65	0,34	18.053,35	7.996,00	75.767,85	0,35	12.178,80	0,00
AGRICULTURA	683.000,00	628.000,00	87.941,47	389.304,74	1,52	238.695,26	78.329,39	374.203,98	1,71	15.100,76	0,00
Extensao Rural	683.000,00	628.000,00	87.941,47	389.304,74	1,52	238.695,26	78.329,39	374.203,98	1,71	15.100,76	0,00
TRANSPORTE	1.068.200,00	1.041.604,00	182.215,22	808.736,54	3,15	232.867,46	166.284,56	771.474,39	3,53	37.262,15	0,00
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.068.200,00	1.041.604,00	182.215,22	808.736,54	3,15	232.867,46	166.284,56	771.474,39	3,53	37.262,15	0,00
DESPORTO E LAZER	490.000,00	470.300,00	52.650,28	389.777,07	1,52	80.522,93	62.055,17	358.841,58	1,64	30.935,49	0,00
DESPORTO COMUNITÁRIO	490.000,00	470.300,00	52.650,28	389.777,07	1,52	80.522,93	62.055,17	358.841,58	1,64	30.935,49	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	501.000,00	515.542,00	33.749,00	509.350,78	1,98	6.191,22	56.760,58	493.346,88	2,25	16.003,90	0,00
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	21.000,00	21.000,00	0,00	19.200,00	0,07	1.800,00	3.771,03	18.387,66	0,08	812,34	0,00
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	480.000,00	494.542,00	33.749,00	490.150,78	1,91	4.391,22	52.989,55	474.959,22	2,17	15.191,56	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.50.29.1388], PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA BRASIL

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (b)	% (b/total b)	SALDO A EMPENHAR (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (d)	% (d/total d)	SALDO A LIQUIDAR (e) = (b-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	644.300,00	236.260,00	0,00	0,00	0,00	236.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	644.300,00	236.260,00	0,00	0,00	0,00	236.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	25.600.000,00	31.281.288,69	3.440.023,99	25.676.371,10	100,00	5.604.917,59	4.483.063,03	21.884.336,61	100,00	3.792.034,49	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PAULO HENRIQUE MIOTTO — Prefeito Municipal
ELISANGELA APARECIDA BORTOLETO — Controle Interno
LUIZ ANTONIO ABRA — Contador

PREFEITURA M. VITÓRIA BRASIL

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

Página 1 de 2

RREO – Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

RECEITAS FISCAIS	PREVISÃO ANUAL INICIAL	PREVISÃO ANUAL ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	29.908.100,00	31.018.600,00	26.062.334,80
Receita Tributária	1.329.500,00	1.361.500,00	1.214.338,42
Receita de Contribuição	47.000,00	47.000,00	17.178,20
Receita Previdenciária	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	47.000,00	47.000,00	17.178,20
Receita Patrimonial Líquida	15.000,00	15.000,00	14.148,62
Receita Patrimonial	376.500,00	533.900,00	702.751,59
(-) Aplicações Financeiras	361.500,00	518.900,00	688.602,97
Transferências Correntes	28.486.100,00	29.564.600,00	24.815.690,84
Demais Receitas Correntes	30.500,00	30.500,00	978,72
Diversas Receitas Correntes	30.500,00	30.500,00	978,72
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	982.500,00	982.405,05
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (V)	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (VI)	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	982.500,00	982.405,05
Convênios	0,00	982.500,00	982.405,05
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VII)=(II-III-IV-V-VI)	0,00	982.500,00	982.405,05
DEDUÇÕES DA RECEITA (VIII)	4.669.600,00	4.669.600,00	3.822.234,55
RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (IX)=(I+VII-VIII)	25.238.500,00	27.331.500,00	23.222.505,30

DESPESAS FISCAIS	DOTAÇÃO ANUAL INICIAL	DOTAÇÃO ANUAL ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE
DESPESAS CORRENTES (X)	24.033.700,00	26.143.562,59	20.490.617,18
Pessoal e Encargos Sociais	11.869.000,00	12.194.598,97	10.090.310,24
Juros e Encargos da Dívida (XI)	1.000,00	1.000,00	0,00
Outras Despesas Correntes	12.163.700,00	13.947.963,62	10.400.306,94
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	24.032.700,00	26.142.562,59	20.490.617,18
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	922.000,00	4.901.466,10	1.393.719,43
Investimentos	901.000,00	4.880.466,10	1.375.331,77
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XIV)	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XV)	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	21.000,00	21.000,00	18.387,66
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XVII)=(XIII-XIV-XV-XVI)	901.000,00	4.880.466,10	1.375.331,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	644.300,00	236.260,00	0,00
DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XIX)=(XII+XVII+XVIII)	25.578.000,00	31.259.288,69	21.865.948,95
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XIX)	-339.500,00	-3.927.788,69	1.356.556,35

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

Página 2 de 2

RREO – Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	Jan a Out/2026
Meta de resultado primário fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	220.800,00

ESPECIFICAÇÃO	Em 31/Dez/2025 (a)	Jul a Ago/2026 (b)	Set a Out/2026 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	174.136,44	-45.063,56	154.936,44
DEDUÇÕES (II)	6.917.627,66	8.173.797,25	7.689.182,27
Ativo Disponível	7.340.341,34	8.399.799,34	7.847.226,19
Haveres Financeiros	8.443,48	195,00	195,00
(-) Restos a Pagar Processados	282.380,24	75.498,62	865,86
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	148.776,92	150.698,47	157.373,06
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-6.743.491,22	-8.218.860,81	-7.534.245,83
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	174.136,44	154.936,44	154.936,44
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-6.917.627,66	-8.373.797,25	-7.689.182,27

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA No Bimestre (c-b)	Jan a Out/2026 (c-a)
RESULTADO NOMINAL	684.614,98	-771.554,61

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR
Meta de resultado nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-500.000,00

PAULO HENRIQUE MIOTTO — Prefeito Municipal
ELISANGELA APARECIDA BORTOLETO — Controle Interno
LUIZ ANTONIO ABRA — Contador

PREFEITURA M. VITÓRIA BRASIL

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOV/2025 A OUT/2026

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	SET/2026	OUT/2026	TOTAL (ULTIMOS 12 MESES)
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												
RECEITAS CORRENTES (I)	2.323.340,35	3.678.498,31	2.551.521,82	2.707.635,95	2.429.150,91	2.440.204,66	2.974.168,87	2.798.498,63	3.091.606,72	2.606.685,81	3.019.430,16	2.132.034,24	32.752.776,43
Receita Tributária	78.899,11	178.828,22	78.530,88	108.383,38	233.255,24	104.076,92	117.770,08	137.952,13	97.895,49	98.389,77	140.718,81	97.365,72	1.472.065,75
Receita de Contribuições	4.202,65	3.260,73	3.556,91	3.866,57	3.432,48	8,27	401,40	412,63	546,68	0,00	1.197,54	3.755,72	24.641,58
Receita Patrimonial	61.722,99	70.977,64	72.828,78	67.115,75	77.383,26	65.231,51	65.181,98	66.707,89	76.416,69	71.483,93	72.359,78	68.042,02	835.452,22
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	10.045,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.045,00
Transferências Correntes	2.177.715,60	3.415.346,44	2.396.511,82	2.527.728,99	2.115.068,67	2.270.876,70	2.790.804,15	2.593.414,72	2.916.730,48	2.436.800,85	2.805.142,77	1.962.611,69	30.408.752,88
Outras Transferências Correntes	800,00	40,28	93,43	541,26	11,26	11,26	11,26	11,26	17,38	11,26	11,26	259,09	1.819,00
DEDUÇÕES (II)	374.902,28	451.251,89	427.642,52	459.503,70	351.115,27	359.214,72	423.942,88	454.398,73	300.285,39	386.104,07	331.322,05	328.705,22	4.648.388,72
Contribuição do Servidor a R.P.P.S	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Compensação Previdenciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos com Aplicação Financeira do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	374.902,28	451.251,89	427.642,52	459.503,70	351.115,27	359.214,72	423.942,88	454.398,73	300.285,39	386.104,07	331.322,05	328.705,22	4.648.388,72
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.948.438,07	3.227.246,42	2.123.879,30	2.248.132,25	2.078.035,64	2.080.989,94	2.550.225,99	2.344.099,90	2.791.321,33	2.220.581,74	2.688.108,11	1.803.329,02	28.104.387,71
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	168.652,65	305.822,90	6.378,91	6.290,35	5.033,42	4.259,13	3.846,54	500.283,90
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	1.948.438,07	3.227.246,42	2.123.879,30	2.248.132,25	2.078.035,64	1.912.337,29	2.244.403,09	2.337.720,99	2.785.030,98	2.215.548,32	2.683.848,98	1.799.482,48	27.604.103,81
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (EC 120/2022) (VII)	15.180,00	40.155,67	16.210,00	16.210,00	16.210,00	16.210,00	16.210,00	16.210,00	16.210,00	16.210,00	16.210,00	16.210,00	217.435,67
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	1.933.258,07	3.187.090,75	2.107.669,30	2.231.922,25	2.061.825,64	1.896.127,29	2.228.193,09	2.321.510,99	2.768.820,98	2.199.338,32	2.667.638,98	1.783.272,48	27.386.668,14

PAULO HENRIQUE MIOTTO — Prefeito Municipal
ELISANGELA APARECIDA BORTOLETO — Controle Interno
LUIZ ANTONIO ABRA — Contador

PREFEITURA M. VITÓRIA BRASIL

1 de 1

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

	PODER / ORGÃO	RP PROC. E NÃO PROC. LIQUIDADOS EM EXERC. ANTERIORES – Inscritos Exercicios Anteriores (a)	Inscritos Em 31 de Dezembro 2025 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – Inscritos Exercicios Anteriores (f)	Inscritos Em 31 de Dezembro 2025 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L = (e + k)
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	282.380,24	281.514,38	0,00	865,86	94.267,35	3.127.505,87	1.681.188,74	1.681.188,74	5.935,77	1.534.648,71	1.535.514,57
01	PODER LEGISLATIVO	0,00	5.998,00	5.998,00	0,00	0,00	0,00	2.026,17	2.026,17	2.026,17	0,00	0,00	0,00
0101	CÂMARA MUNICIPAL	0,00	5.998,00	5.998,00	0,00	0,00	0,00	2.026,17	2.026,17	2.026,17	0,00	0,00	0,00
02	PODER EXECUTIVO	0,00	276.382,24	275.516,38	0,00	865,86	94.267,35	3.125.479,70	1.679.162,57	1.679.162,57	5.935,77	1.534.648,71	1.535.514,57
0201	GABINETE DO PREFEITO	0,00	5.335,70	5.335,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202	SECRET. MUNIC. ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0,00	23.191,08	23.040,09	0,00	150,99	48.000,00	1.065.427,18	1.028.075,38	1.028.075,38	5.335,77	80.016,03	80.167,02
0203	SECRET. MUNIC. FAZENDA	0,00	6.446,24	6.446,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0204	SECRET. MUNIC. ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	11.137,13	11.137,13	0,00	0,00	46.267,35	0,00	0,00	0,00	0,00	46.267,35	46.267,35
0205	SECRET. MUNIC. DE SAUDE	0,00	75.197,00	75.094,50	0,00	102,50	0,00	981.109,62	557.204,89	557.204,89	0,00	423.904,73	424.007,23
0206	SECRET. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	0,00	84.145,31	83.532,94	0,00	612,37	0,00	14.843,14	14.843,14	14.843,14	0,00	0,00	612,37
0207	SECRET. MUNIC. OBRAS E SERV. PUBLICOS	0,00	14.988,63	14.988,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0208	SECRET. MUNIC. AGRIC. PEC. ABAST. MEIO AMBIENTE	0,00	3.525,23	3.525,23	0,00	0,00	0,00	1.010.627,56	32.316,96	32.316,96	600,00	977.710,60	977.710,60
0209	SETOR DE ESPORTES, LAZER E CULTURA	0,00	52.415,92	52.415,92	0,00	0,00	0,00	53.472,20	46.722,20	46.722,20	0,00	6.750,00	6.750,00
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02	PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I + II)	0,00	282.380,24	281.514,38	0,00	865,86	94.267,35	3.127.505,87	1.681.188,74	1.681.188,74	5.935,77	1.534.648,71	1.535.514,57

PAULO HENRIQUE MIOTTO — Prefeito Municipal
ELISANGELA APARECIDA BORTOLETO — Controle Interno
LUIZ ANTONIO ABRA — Contador

PREFEITURA M. VITÓRIA BRASIL

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) R$ 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.146.500,00	1.146.500,00	1.051.812,77	91,74
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	104.000,00	104.000,00	77.480,04	74,50
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	56.000,00	56.000,00	72.116,65	128,78
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	236.500,00	236.500,00	274.258,75	115,97
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	750.000,00	750.000,00	627.957,33	83,73
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.250.000,00	23.250.000,00	19.112.134,95	82,20
Cota-Parte FPM	19.000.000,00	19.000.000,00	15.204.890,28	80,03
Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	25.655,62	128,28
Cota-Parte IPVA	500.000,00	500.000,00	505.075,56	101,02
Cota-Parte ICMS	3.700.000,00	3.700.000,00	3.350.568,87	90,56
Cota-Parte IPI-Exportação	30.000,00	30.000,00	25.944,62	86,48
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	24.396.500,00	24.396.500,00	20.163.947,72	82,65

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	DESPESAS PAGAS ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.710.000,00	5.094.850,00	4.350.768,89	85,40	4.021.057,17	78,92	3.949.201,34	77,51	0,00
Despesas Correntes	4.590.000,00	4.800.850,00	4.153.047,89	86,51	3.823.336,17	79,64	3.751.480,34	78,14	0,00
Despesas de Capital	120.000,00	294.000,00	197.721,00	67,25	197.721,00	67,25	197.721,00	67,25	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	5.000,00	5.000,00	320,00	6,40	320,00	6,40	320,00	6,40	0,00
Despesas Correntes	5.000,00	5.000,00	320,00	6,40	320,00	6,40	320,00	6,40	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	5.000,00	5.000,00	3.250,00	65,00	3.250,00	65,00	3.250,00	65,00	0,00
Despesas Correntes	5.000,00	5.000,00	3.250,00	65,00	3.250,00	65,00	3.250,00	65,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	4.720.000,00	5.104.850,00	4.354.338,89	85,30	4.024.627,17	78,84	3.952.771,34	77,43	0,00

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) R$ 1

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	4.354.338,89	4.024.627,17	3.952.771,34
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	4.354.338,89	4.024.627,17	3.952.771,34
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	3.024.592,16	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.329.746,73	1.000.035,01	928.179,18
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	21,59	19,96	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO – Saldo Inicial (no Exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência – Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
Diferença de limite não cumprido em 2026 (saldo inicial = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR									
Empenhos de 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) R$ 1

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS – Saldo Inicial (no Exercício atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência – Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	913.500,00	1.713.500,00	1.591.841,87	92,90
Proveniente da União	870.000,00	1.596.000,00	1.471.227,05	92,18
Proveniente dos Estados	43.500,00	117.500,00	120.614,82	102,65
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	22.000,00	22.000,00	15.318,58	69,63
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	935.500,00	1.735.500,00	1.607.160,45	92,61

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	DESPESAS PAGAS ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	589.900,00	2.015.342,61	1.397.180,48	69,33	1.308.833,87	64,94	1.278.499,46	63,44	0,00
Despesas Correntes	484.900,00	1.201.376,59	1.009.266,87	84,01	920.920,26	76,66	890.585,85	74,13	0,00
Despesas de Capital	105.000,00	813.966,02	387.913,61	47,66	387.913,61	47,66	387.913,61	47,66	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	420.000,00	420.000,00	400.000,00	95,24	385.462,71	91,78	385.462,71	91,78	0,00
Despesas Correntes	420.000,00	420.000,00	400.000,00	95,24	385.462,71	91,78	385.462,71	91,78	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	50.000,00	50.000,00	20.759,05	41,52	20.759,05	41,52	20.759,05	41,52	0,00
Despesas Correntes	40.000,00	40.000,00	20.759,05	51,90	20.759,05	51,90	20.759,05	51,90	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	50.000,00	50.000,00	33.957,80	67,92	33.957,80	67,92	33.957,80	67,92	0,00
Despesas Correntes	50.000,00	50.000,00	33.957,80	67,92	33.957,80	67,92	33.957,80	67,92	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.109.900,00	2.535.342,61	1.851.897,33	73,04	1.749.013,43	68,99	1.718.679,02	67,79	0,00

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	DESPESAS PAGAS ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	5.299.900,00	7.110.192,61	5.747.949,37	80,84	5.329.891,04	74,96	5.227.700,80	73,52	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	420.000,00	420.000,00	400.000,00	95,24	385.462,71	91,78	385.462,71	91,78	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	55.000,00	55.000,00	21.079,05	38,33	21.079,05	38,33	21.079,05	38,33	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	55.000,00	55.000,00	37.207,80	67,65	37.207,80	67,65	37.207,80	67,65	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	5.829.900,00	7.640.192,61	6.206.236,22	81,23	5.773.640,60	75,57	5.671.450,36	74,23	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PAULO HENRIQUE MIOTTO — Prefeito Municipal
ELISANGELA APARECIDA BORTOLETO — Controle Interno
LUIZ ANTONIO ABRA — Contador

PREFEITURA M. VITÓRIA BRASIL

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1 de 2
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	25.600.000,00
Previsão Atualizada	27.850.400,00
Receitas Realizadas	23.911.108,27
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	
Dotação Inicial	25.600.000,00
Créditos Adicionais	5.681.288,69
Dotação Atualizada	31.281.288,69
Despesas Empenhadas	25.676.371,10
Despesas Liquidadas	21.884.336,61
Despesas Pagas	21.458.364,92
Superávit Orçamentário	2.026.771,66

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	25.676.371,10
Despesas Liquidadas	21.884.336,61

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	28.104.387,71
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	27.604.103,81
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	27.386.668,14

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha	220.800,00	1.356.556,35	614,38
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-500.000,00	-771.554,61	154,31

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA BRASIL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2 de 2
PERIODO: Janeiro a Outubro 2026/BIMESTRE Setembro - Outubro

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	282.380,24	0,00	281.514,38	865,86
Poder Executivo	276.382,24	0,00	275.516,38	865,86
Poder Legislativo	5.998,00	0,00	5.998,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.221.773,22	5.935,77	1.681.188,74	1.534.648,71
Poder Executivo	3.219.747,05	5.935,77	1.679.162,57	1.534.648,71
Poder Legislativo	2.026,17	0,00	2.026,17	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.504.153,46	5.935,77	1.962.703,12	1.535.514,57

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais – % Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	6.637.378,17	25,00	30,47
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.206.823,95	70,00	91,55
Mínimo Anual de 4% do FUNDEB na Criação de Matrículas em ETI	53.871,58	4,00	4,09
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	3.668.805,34	1.232.660,76

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual – % Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	4.024.627,17	15,00	19,96

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

PAULO HENRIQUE MIOTTO — Prefeito Municipal
LISANGELA APARECIDA BORTOLET — Controle Interno
LUIZ ANTONIO ABRA — Contador

PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROESTE

- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OUROESTE -
- AVISO PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO -

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OUROESTE-SP, TORNA PÚBLICO O EDITAL LICITAÇÃO: 27/SL/2026 PROCESSO: 352/SL/2026 MODALIDADE: Pregão Eletrônico OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, INTERMEDIAÇÃO, GERENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO, VIA WEB E EM TEMPO REAL, PARA GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROESTE/SP, ABRANGENDO O GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR MEIO DE REDE CREDENCIADA DE ESTABELECIMENTOS, COM UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA RFID OU SIMILAR PARA IDENTIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DE VEÍCULOS E CONDUTORES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA" DATA, HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 30/11/2026, às 09h00min. LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: A licitação ocorrerá por meio do Sistema Eletrônico no Portal de Licitações através do endereço http://pm.ouroeste.sp.gov.br:8079/comprasedital/, com utilização de recursos de tecnologia da informação. EDITAL: O Edital completo poderá ser adquirido pelos interessados pelo site da Prefeitura Municipal https://www.ouroeste.sp.gov.br/ no ícone Licitações/ Portal de Compras/ 02. Editais/ 02.01. Retirada de Editais. INFORMAÇÕES: Telefone (17) 3843-3850, nos dias úteis, no horário das 07h00min às 11h00 e das 13h00min às 17h00min.

Prefeitura Municipal de Ouroeste/SP, 12 de Novembro de 2026.
SEBASTIÃO CARLOS SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO
TRÊS FRONTEIRAS
PREFEITURA MUNICIPAL
AV. ANA ROCHA DE OLIVEIRA, 548 - CENTRO - CEP: 15770-000
PAÇO MUNICIPAL ' PREFEITO ALOISIO SILVA NASCIMENTO'
CNPJ: 46.601.944/0001-15

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026 – PROCESSO Nº 149/2026

FLAVIO LUIZ RENDA DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Três Fronteiras, estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, torna público que, encontra-se em aberto processo de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TURISMO OU AGENCIAMENTO DE VIAGENS, DESTINADA À ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO INTEGRADA DE ATIVIDADE EXTERNA SOCIOEDUCATIVA, CULTURAL, AMBIENTAL E DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOAS IDOSAS ATENDIDAS PELO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV, COM HOSPEDAGEM-BASE EM GUARUJÁ/SP".** O Edital completo com os seus anexos encontra-se disponíveis para retirada, pessoalmente ou por solicitação via correio eletrônico (e-mail): licitacao@tresfronteiras.sp.gov.br; com a entrega das propostas na plataforma do sistema eletrônico, junto a BW Sistemas, pelo link de acesso: https://compras.bwinformatica.com.br/, até às 08h30min do dia 01/12/2026.
Maiores informações na Seção de Licitação da Prefeitura do Município de Três Fronteiras, sito à Avenida Ana Rocha de Oliveira nº 548, Centro, pessoalmente ou pelo telefone (17) 3691-8200, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda às sexta-feira.

Prefeitura Municipal de Três Fronteiras (SP), 13 de novembro de 2026.

FLAVIO LUIZ RENDA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

SAÚDE DO HOMEM

Prefeitura de Rubinéia realiza ação do novembro azul com foco na prevenção e na saúde masculina

A Prefeitura de Rubinéia, por meio do Departamento Municipal de Saúde, promoveu uma ação especial em alusão à campanha Novembro Azul, com atendimento coletivo realizado no setor do Almoxarifado. A iniciativa teve como objetivo conscientizar sobre a importância da prevenção, do diagnóstico precoce e dos cuidados com a saúde masculina.

A programação contou com uma palestra ministrada pelo médico Dr. Reginaldo Alcalá, que abordou a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de próstata, além de orientar os participantes sobre a necessidade de manter os cuidados regulares com a saúde.

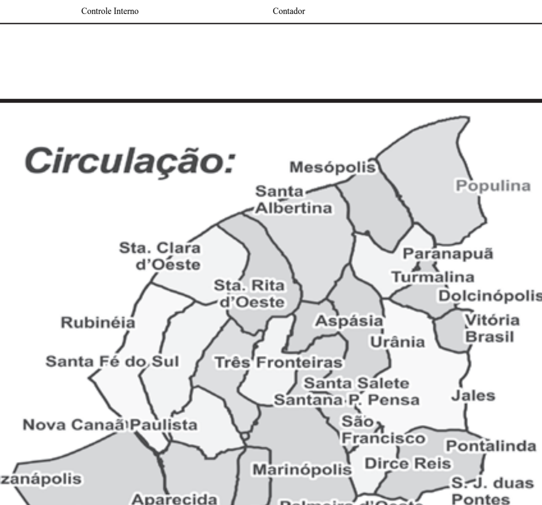
Durante a atividade, foram oferecidos diversos serviços, entre eles aferição da pressão arterial, controle de peso, verificação da glicemia capilar, agendamento de exames laboratoriais de rotina e orientações gerais sobre saúde e prevenção.

A ação contou com a participação da enfermeira Tatiane, da diretora municipal de Saúde, Rose Paulon, da equipe de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e da nutricionista Tânia, que contribuíram para o desenvolvimento das atividades e o atendimento aos participantes.

A Administração Municipal reforçou o compromisso com a promoção da saúde e a qualidade de vida da população, destacando a importância de incentivar os homens a realizarem exames preventivos e procurarem regularmente os serviços de saúde.

A campanha Novembro Azul busca ampliar a conscientização sobre a saúde masculina e reforçar que a prevenção é fundamental para o diagnóstico precoce de doenças e para uma vida mais saudável.

FOLHA REGIONAL HOJE
PERIODICIDADE: DIÁRIO
Tiragem: 20.000 exemplares
Diretor Responsável: IVAIR BOLOGNA
Redação: Ivair Bologna, Eduardo Monteiro
IMPRESSÃO: TOTALGRAPH EDITORA GRÁFICA
CIRCULAÇÃO: Jales - Apásia - Aparecida D' Oeste - Dirce Reis - Dolcinópolis - Estrela D' Oeste - General Salgado - Guzolândia - Marinópolis - Mesópolis - Nova Canaã Paulista - Paranapuã Palmeira D' Oeste - Pontalinda - Populina - Rubinéia - Santa Albertina - Santa Salete - Santana da Ponte Pensa - Santa Rita D' Oeste - Santa Fé do Sul - Santa Clara D' Oeste - São Francisco - São João das Duas Pontes - São João de Iracema - Suzanápolis - Turmalina - Três Fronteiras - Urânia - Vitória Brasil
E-mail: jn.folharegional@gmail.com
Rua Pedro Modesto Andreo Padilha, nº 80 – Distrito Industrial II – Jales/SP
Fone: 17 99664-6889
Os artigos assinados não representam a opinião deste jornal



~~São João das Duas Pontes, 24 de setembro de 2026.~~

UNIJALES
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JALES
Junior Soler
Cel. (17) 99785-1119
Av. Francisco Jalles, 1851 - Centro - Jales - SP - CEP: 15.703-200
Tel.: (17) 3622-1620 e-mail: jrsoler@unijales.edu.br www.unijales.edu.br

CÂMARA MUNICIPAL DE JALES
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 51.841.757/0001-49

Jales, 12 de novembro de 2026.

Conv. nº 30/2026 – SO.

Ilustríssimos(as) Senhores(as)

Por determinação do Presidente do Poder Legislativo Jalesense, Nobre Vereador **Bruno Henrique de Paula**, vimos, pelo presente, comunicar este conceituado órgão de imprensa da **Sessão Ordinária** da Câmara Municipal de Jales, que será realizada no próximo **dia 16 de novembro de 2026, segunda-feira, à hora regimental (18h), no Plenário "Pres. Tancredo Neves" da Câmara Municipal "Vereador Mário José Miranda"**.

Aproveitamos da oportunidade para reiterar nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente;

- Marco Antônio Zampieri -
Diretor do Deptº Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL DE JALES
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 51.841.757/0001-49

DESPACHO DA SECRETARIA LEGISLATIVA
Este documento tramitou em conformidade com as diretrizes regimentais.

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Jales. Para verificar as assinaturas, clique no link: https://jales.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=7R5DDGHU68B38H6T , ou vá até o site https://jales.siscam.com.br/documentos/autenticar e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 7R5D-DGHU-68B3-8H6T

Marco Antonio Zampieri:102.820.548
Diretor Administrativo

) ASSINADO DIGITALMENTE - Diversos Nº 107/2026 - PROTOCOLO: - - - 7R5D-DGHU-68B3-8H6T

) ASSINADO DIGITALMENTE - Diversos Nº 107/2026 - PROTOCOLO: - - - 7R5D-DGHU-68B3-8H6T

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
ESTADO DE SÃO PAULO
Rua 5, nº2266, Centro - Jales/SP | CEP: 15700-010 | (17) 3622-3000 | CNPJ nº45.131.885/0001-04 | www.jales.sp.gov.br

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Equipe técnica
Tabela 2 – Leis Federais
Tabela 3 – Leis Estaduais
Tabela 4 – Leis Municipais
Tabela 5 – Resoluções
Tabela 6 – Dados demográficos de Jales-SP
Tabela 7 – Atividades econômicas de Jales-SP
Tabela 8 – Volume de RCC gerado em 2025
Tabela 9 – Quadro de funcionários envolvidos na gestão de RCC
Tabela 10 – Empresas transportadoras de RCC cadastradas
Tabela 11 – Definição de pequeno e grande gerador
Tabela 12 – Meta 1 – Implantação do SIGOR
Tabela 13 – Meta 2 – Fiscalização dos atores
Tabela 14 – Meta 3 – Fiscalização dos pontos de descarte irregular
Tabela 15 – Meta 4 – Educação ambiental
Tabela 16 – Meta 5 – Eliminação dos pontos de descarte irregular
Tabela 17 – Cronograma de execução das metas e ações

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de caracterização do município de Jales-SP
Figura 2 – Dados climatológicos de Jales-SP
Figura 3 – Dados climatológicos de Jales-SP
Figura 4 – UGRHI 15 – Turvo/Grande
Figura 5 – UGRHI 18 – São José dos Dourados
Figura 6 – Mapa florestal de Jales-SP
Figura 7 – Geologia de Jales-SP

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Descarte irregular em Jales-SP
Foto 2 – Descarte irregular em Jales-SP
Foto 3 – Descarte irregular em Jales-SP
Foto 4 – Descarte irregular em Jales-SP
Foto 5 – Descarte irregular em Jales-SP
Foto 6 – Descarte irregular em Jales-SP
Foto 7 – Descarte irregular em Jales-SP
Foto 8 – Descarte irregular em Jales-SP
Foto 9 – Descarte irregular em Jales-SP
Foto 10 – Área de Processamento e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil licenciada no município de Jales-SP
Foto 11 – Vista do início da estrada que chega até a Área de Processamento e Reciclagem de R.C.C. de Jales-SP - ao lado da empresa Rizzo Sucatas
Foto 12 – Vista da entrada da Área de Processamento e Reciclagem de R.C.C. devidamente licenciada do município de Jales-SP
Foto 13 – Guarita de entrada da área de processamento e reciclagem
Foto 14 – Parte interna da guarita
Foto 15 – Vista interna do escritório da empresa concessionária
Foto 16 – Processamento de resíduos de construção civil – equipamento britador
Foto 17 – Processamento de resíduos de construção civil – equipamento britador
Foto 18 – Processamento do R.C.C.
Foto 19 – Máquina em operação na unidade de processamento
Foto 20 – Máquinas e equipamentos em operação na unidade de processamento
Foto 21 – Veículos e máquinas utilizados na operação no barracão da unidade
Foto 22 – Veículos e máquinas utilizados na operação no barracão da unidade
Foto 23 - Reunião COMDEMA 26/06/2026
Foto 24 - Reunião COMDEMA 26/06/2026

APRESENTAÇÃO

O presente de Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil (PMGRCC) foi elaborado para o estabelecimento de diretrizes legais, procedimentos técnicos e metas de curto, médio e longo prazo, para um gerenciamento ambientalmente adequado e em conformidade com as leis federais, estaduais e municipais que regulam o segmento.

A finalidade deste Plano é organizar e padronizar o sistema municipal de gestão de resíduos de construção civil, lenhosos e volumosos, definir os atores e suas respectivas responsabilidades, visando a redução dos impactos ambientais negativos acarretados pelo descarte irregular destes resíduos, além de incentivar a reciclagem e reutilização destes materiais.

Este Plano Municipal, após apreciação das instâncias cabíveis, servirá como fundamentação para a instauração de marco regulatório para o gerenciamento dos resíduos de construção civil, lenhosos e volumosos, fornecendo ao poder público municipal as ferramentas necessárias para o controle do fluxo destes resíduos, legalmente e tecnicamente, visando a melhoria na qualidade dos serviços prestados, a qualidade de vida, bem-estar e saúde da população e o desenvolvimento sustentável do município.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Artigo 2° da Resolução CONAMA 307/2.002, Resíduos de Construção Civil (RCC) *"são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha*;

Art. 3º Os resíduos da construção civil deverão ser classificados, para efeito desta Resolução, da seguinte forma:

I - Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;

c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II - Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso; (Redação dada pela Resolução nº 469/2015)

III - Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação; (Redação dada pela Resolução n° 431/11)

IV - Classe D - são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde. (Redação dada pela Resolução n° 348/04)."

A cadeia de serviços relacionada à geração, manejo, transporte, triagem, reciclagem e destinação dos resíduos da construção civil (RCC) possui elevada relevância econômica, social e ambiental no contexto do desenvolvimento urbano e da infraestrutura municipal. O setor da construção civil é um dos principais vetores da atividade econômica, sendo responsável pela mobilização de uma extensa rede produtiva que envolve construtoras, transportadoras, operadores de equipamentos, empresas de coleta, áreas de transbordo e triagem, usinas de reciclagem, fornecedores de agregados reciclados e serviços técnicos especializados.

Sob o aspecto econômico, a gestão dos resíduos da construção civil representa importante segmento gerador de empregos diretos e indiretos. A cadeia operacional demanda mão de obra em diferentes níveis de qualificação, abrangendo atividades de coleta, segregação, transporte, beneficiamento, controle ambiental, engenharia, operação de maquinário e comercialização de materiais reciclados. Além disso, a reciclagem de resíduos oriundos da construção civil possibilita a reinserção de materiais no ciclo produtivo, reduzindo custos operacionais e ampliando oportunidades de negócios ligados à economia circular.

Do ponto de vista social, o setor contribui significativamente para a geração de renda e inclusão produtiva, especialmente em municípios em expansão urbana, onde há elevada demanda por serviços de construção, reforma e infraestrutura. A formalização das atividades de manejo e reciclagem de RCC também fortalece a organização do setor, promove melhores condições de trabalho e reduz práticas irregulares de descarte clandestino.

No quesito ambiental, o correto gerenciamento dos resíduos da construção civil é essencial para a sustentabilidade urbana. A utilização de agregados reciclados na pavimentação, obras de infraestrutura e fabricação de artefatos demonstra que os resíduos da construção civil podem ser transformados em insumos economicamente viáveis e ambientalmente adequados. Nesse contexto, o manejo tecnicamente adequado dos RCC constitui instrumento fundamental para promover a sustentabilidade ambiental, a eficiência econômica e a responsabilidade socioambiental do setor da construção civil.

Portanto, por meio desta perspectiva apresentada, o Plano Municipal de Gestão de Resíduos de Construção Civil se configura como peça imprescindível para que haja um monitoramento completo de toda a cadeia, com determinação de regulamentações, normas e regras e com a exigência de cumprimento de metas de curto, médio e longo prazo, tornando-se assim a base para a definição das políticas públicas municipais.

2. OBJETIVO

Implantar um sistema integrado de gestão dos resíduos da construção civil no município de Jales/SP, assegurando uma destinação ambientalmente adequada, a redução da disposição irregular e o incentivo à reutilização e reciclagem. Este sistema integrado ficará em consonância com as Leis Federais, Estaduais e Municipais, bem como com a Resolução CONAMA 307/2.002 e suas alterações.

Objetivos específicos:

- Eliminar pontos clandestinos de descarte;
- Implantar sistema municipal de controle e fiscalização;
- Incentivar a segregação dos resíduos na origem;
- Implantar áreas de triagem e transbordo;
- Promover reciclagem e reaproveitamento de resíduos Classe A;
- Definir responsabilidades dos geradores e transportadores;
- Estabelecer sistema de educação ambiental;
- Criar mecanismos de controle documental do transporte e destinação;
- Integrar o PMGRCC ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

3. METODOLOGIA APLICADA

A metodologia aplicada para a elaboração deste Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil foi fundamentada em uma completa análise do cenário atual dentro da cidade de Jales/SP e de todo o arcabouço legal que dispõe sobre as regras e procedimentos relacionados as etapas que envolvem este tipo de material. Foram objeto de estudo os dados da quantidade recebida na área para processamento e reciclagem licenciada, o levantamento da empresas de transporte, os respectivos pátios de cada empresa e a quantidade de caçambas e caminhões utilizados, os pontos de descarte irregular onde deve ser realizado um amplo trabalho de educação ambiental, as deficiências no sistema e os pontos positivos que devem ser reforçados.

Houve coleta e análise dos dados pertinentes junto aos atores envolvidos, sendo eles a Prefeitura Municipal, a empresa que opera a área licenciada e as empresas do ramo de transporte destes resíduos, além de visita técnica *in loco* nos pontos com descarte irregular e nas empresas que atuam no segmento.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Este Plano foi desenvolvido em conformidade com as Leis Federais, Estaduais e Municipais que regulamentam o segmento, além das resoluções dos Órgãos ambientais competentes. Sendo elas:

4.1.LEIS FEDERAIS

Constituição Federal	Art. 255 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
Lei 12.305/2.010	Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)
Lei 9.605/1.998	Lei de Crimes Ambientais

Tabela 2. Leis Federais

4.2.LEIS ESTADUAIS

Lei 12.300/2.006	Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes
Decreto 54.645/2.009 e suas alterações	Regulamenta dispositivos da Lei n° 12.300/2.006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e altera o inciso I do artigo 74 do Regulamento da Lei n° 997/1.976, aprovado pelo Decreto n° 8.468/1.976

Tabela 3. Leis Estaduais

4.3.LEIS MUNICIPAIS

Lei 225/2.012	Plano Diretor Ambiental de Jales/SP
Lei 4.704/2.018	Disciplina a gestão, transporte e destinação dos resíduos da construção civil, lenhosos urbanos e volumosos no Município de Jales e dá outras providências.
Lei 5.509/2.023 - Art. 26 parágrafo IV	Disciplina a proteção, a supressão e a poda de vegetação de porte arbóreo no Município de Jales e dá outras providências.

Tabela 4. Leis Municipais

4.4.RESOLUÇÕES

CONAMA 307/2.002 e suas alterações	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil.

Tabela 5. Resoluções

5. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO – MUNICÍPIO DE JALES-SP

5.1.MAPA DO MUNICÍPIO DE JALES

Jales é um dos municípios integrantes do Estado de São Paulo, localizado na região noroeste do estado. Possui como municípios limítrofes: Paranapuã, Mesópolis, Vitória Brasil, Estrela D'Oeste, Pontalinda, Dirce Reis, São Francisco e Urânia. Localiza-se a cerca de 586 km da cidade de São Paulo.

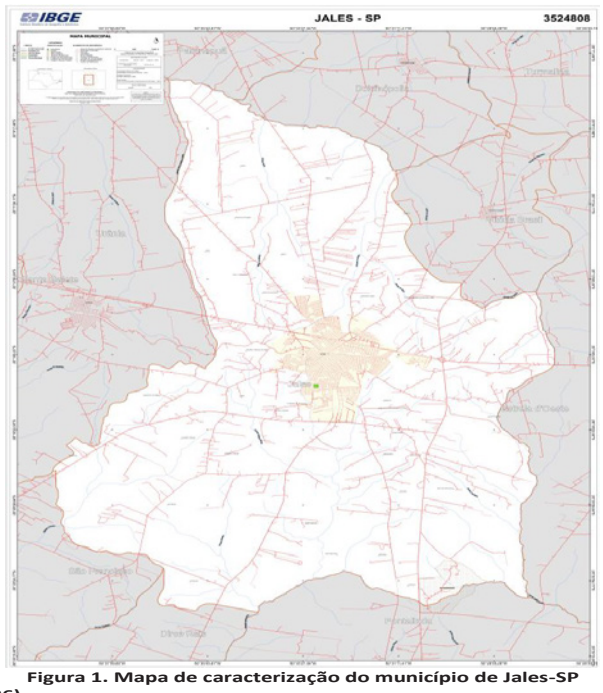


Figura 1. Mapa de caracterização do município de Jales-SP

Fonte: (IBGE 2.026)

5.2.Demografia

O município de Jales possui densidade demográfica de 132,34 hab/km² e área territorial de 368,574 km². Localiza-se a uma latitude 20º16'08" sul e a uma longitude 50º 32' 45" oeste, estando a uma altitude de 478 metros. Apresenta-se a seguir os dados demográficos mais recentes do município:

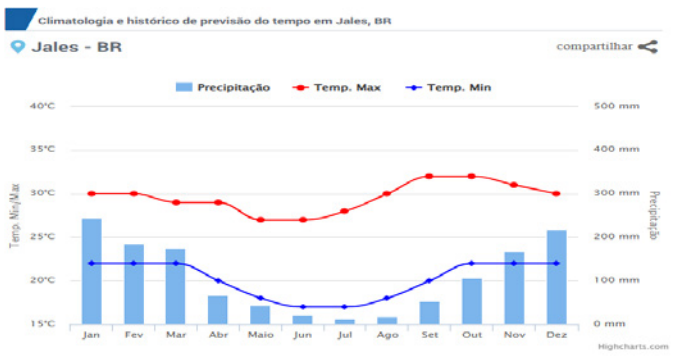
INDICADOR	VALOR	ANO DE REFERÊNCIA
População no Censo	48.776 habitantes	2022
População estimada	50.078 habitantes	2025
Área territorial	368,574 km²	2024
Densidade demográfica	132,34 hab/km²	2022
População urbana	46.068 habitantes	2022
População rural	2.708 habitantes	2022
Gentílico	jalesense	—
IDHM	0,776	2010
Taxa de escolarização (6 a 14 anos)	99,36%	2022
Mortalidade infantil	10,06 óbitos por mil nascidos vivos	2023
PIB per capita	R$ 53.104,15	2023

Tabela 6. Demografia de Jales-SP

Fonte: IBGE (2.026)

5.3.Clima

O clima predominante do município de Jales/SP é o tropical com inverno seco, *Aw* na classificação de Köppen.



Mês	Mínima (°C)	Máxima (°C)	Precipitação (mm)
Janeiro	22°	30°	244
Fevereiro	22°	30°	184
Março	22°	29°	174
Abril	20°	29°	67
Maio	18°	27°	44
Junho	17°	27°	21
Julho	17°	28°	13
Agosto	18°	30°	17
Setembro	20°	32°	54
Outubro	22°	32°	106
Novembro	22°	31°	166
Dezembro	22°	30°	217

Figuras 2 e 3. Dados climatológicos de Jales-SP

Fonte: Climatempo

5.4.Hidrografia

O município de Jales está inserido em duas Sub-bacias: a Sub-bacia do Córrego Cascavel, pertencente à Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI 15 - Turvo/Grande) e a Sub-bacia do Ribeirão Marimbondo, referente à Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI 18 - Rio São José dos Dourados). Os principais cursos d'água do município correspondem ao Córrego Pimenta, Córrego Açoita Cavalo, Córrego Barra Bonita ou Jataí, Córrego do Matão, Córrego Sofia, Ribeirão Lagoa Seca ou Araras e Córrego do Açude. A ocorrência das águas subterrâneas é condicionada pela presença de três Unidades Aquíferas: Bauru, Serra Geral e Guarani. O Aquífero Bauru, o mais explorado, ocupa 90% da área da Sub-bacia e apresenta profundidade de até 125 m na UGRHI 15. Nos municípios que compõem as UGRHIs do Turvo/Grande e São José dos Dourados, em sua grande maioria, o abastecimento acontece exclusivamente por água subterrânea.

Os Aquíferos Bauru e Guarani são de excelente qualidade e lhes confere boa disponibilidade hídrica subterrânea.

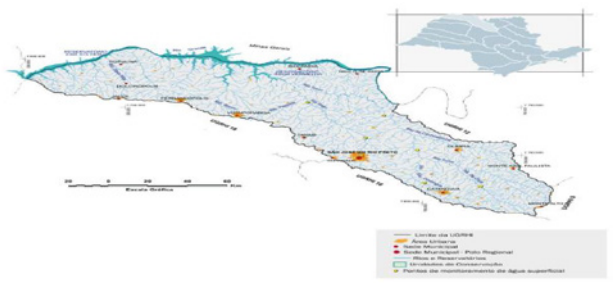


Figura 4. UGRHI 15 Turvo/Grande – Fonte: Apresentação do Comitê da Bacia de Turvo/Grande



Figura 5. UGRHI 18 São José dos Dourados – Fonte: Apresentação do Comitê da Bacia do São José dos Dourados

5.5.Vegetação

A vegetação natural da região de Jales é predominantemente do tipo mata atlântica, mais precisamente do tipo Floresta Estacional Semidecidual, porém, essa é uma área de transição de vegetação, onde também podem ser encontrados traços do Cerrado. O município possui 11,4% de seu território total de mata remanescente, de acordo com o Inventário Florestal do Estado de São Paulo, levantamento realizado pela Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente no ano de 2020 e possui 98,6% das ruas em seu perímetro urbano arborizadas, de acordo com dados do IBGE (2.022).

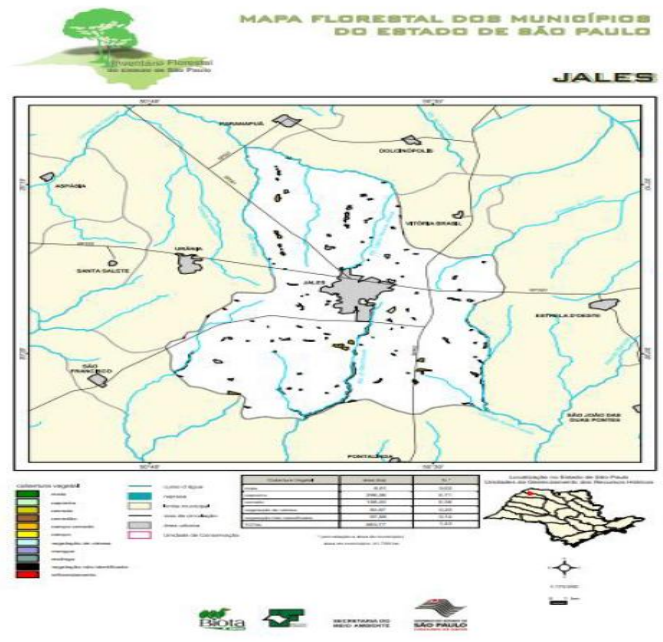


Figura 6. Mapa Florestal de Jales – Fonte: Inventário Florestal 2.020

5.6.Geologia

A região de Jales está localizada em área predominantemente formada por rochas ígneas basálticas da Formação Serra Geral (Grupo São Bento da Bacia Paraná), rochas sedimentares dos Grupos Caiuá e Bauru (pertencentes à Bacia Bauru) e sedimentos quaternários associados à rede de drenagem. O solo predominante é do tipo Podzolico vermelho-amarelo eutrófico fase Floresta Subtropical Subcaducifolia e relevo suave ondulado. (EMBRAPA/1998)

Pode-se observar que na camada superficial do solo predominam as texturas arenosa e médio-arenosa, já na camada inferior aumenta o teor de argila, o que é comum nesse tipo de solo, resultando em texturas que variam de médio-arenosa a médio-argilosa.
(EMBRAPA/1998)



(K2vp) – Formação Vale do Rio do Peixe: Arenito muito fino marrom, rosa e alaranjado, seleção boa; camadas tabulares de siltito maciço, cor creme a marrom, e lentes de arenito conglomerático com intraclastos argilosos ou carbonáticos; ambiente continental desértico, eólico. (CPRM, 2006)

Figura 7. Geologia de Jales-SP

5.7.Atividades econômicas

A economia de Jales é predominantemente baseada no setor de serviços e comércio, característica comum dos municípios-polo do noroeste paulista. O município atua como centro regional nas áreas de:

- comércio varejista;
- saúde;
- educação;
- serviços financeiros;
- agronegócio;
- logística regional.

A agropecuária possui importância regional, especialmente em:

- pecuária;
- produção de frutas;
- cana-de-açúcar;
- grãos.

O setor industrial é composto principalmente por pequenas e médias indústrias ligadas à transformação de alimentos, metalurgia e construção civil.

INDICADOR ECONÔMICO	VALOR	ANO DE REFERÊNCIA
PIB per capita	R$ 53.104,15	2023
Receita bruta total do município	R$ 274.576.682,36	2024
Despesa bruta total do município	R$ 297.542.300,15	2024
Principal atividade econômica	Serviços e comércio	2023
Participação relevante da agropecuária	Produção agrícola regional e pecuária	2023
Setor industrial	Pequena e média indústria de transformação	2023
Densidade empresarial	Forte presença de comércio e prestação de serviços	2023

Tabela 7. Atividades econômicas de Jales-SP

FONTE: IBGE (2.026)

6. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DA GESTÃO DOS RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, LENHOSOS E VOLUMOSOS NO MUNICÍPIO DE JALES-SP

6.1.Quantidades dispostas (RCC) ano 2025

De acordo com os dados de pesagem obtidos junto a empresa que possui a concessão para operar a área de processamento e reciclagem, estas foram as quantidades recebidas durante o ano de 2.025.

MÊS	QUANTIDADE DE R.C.C.
Janeiro	**2.102,10m³**
Fevereiro	**2.225,15m³**
Março	**2.086,80m³**
Abril	**2.148,27m³**
Maio	**2.764,33m³**
Junho	**2.987,58m³**
Julho	**2.474,35m³**
Agosto*	**2.393,41m³**
Setembro*	**2.803,59m³**
Outubro*	**3.382,56m³**
Novembro*	**3.301,01m³**
Dezembro*	**2.144,40m³**
TOTAL DO ANO	**30.813,55m³**
Média mensal	**2.567,79m³**

Tabela 8. Volume de R.C.C. gerado no município de Jales em 2025

***meses em que aconteceu o Projeto Jales + Limpa, onde a Prefeitura Municipal realizou coleta de resíduos de construção civil em pontos de descarte irregular, mesmo não sendo o foco do Projeto, que visa o recolhimento de resíduos volumosos. FONTE: JC Ambiental e Secretaria Municipal de Agronegócios, Meio Ambiente e Bem-estar Animal (2.025)**

Os dados totais das quantidades de resíduos de construção civil gerados no município ficam prejudicados por conta da ocorrência de descartes irregulares e também por conta do desvio de material que deveria ser transportado para a área de processamento e reciclagem licenciada, mas que acaba sendo levado e reaproveitado sem a devida separação e triagem em outras obras ou terrenos dentro do perímetro urbano e rural da cidade. Essa prática é ilegal, podendo causar multas e sanções.

Para uma aferição completa de toda a geração que acontece no município de Jales-SP, será necessária e fundamental a instalação do Sistema SIGOR-CETESB, o sistema irá permitir ao município um monitoramento completo do fluxo, o que contribuirá para um monitoramento mais eficiente e uma coleta de dados completa e fidedigna com a realidade da geração de R.C.C. da cidade.

6.2.Organização do setor (Prefeitura)

A Prefeitura Municipal de Jales/SP conta com Secretaria Municipal de Meio Ambiente devidamente organizada e com quadro de funcionários tecnicamente capacitados para suprir as demandas do setor. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente é responsável pela gestão do contrato de concessão da Área de Processamento e Reciclagem devidamente licenciada onde os resíduos de construção civil gerados no município devem ser destinados e responsável pela fiscalização de todo o ciclo deste segmento, sendo estes a geração, o transporte e o destino ambientalmente adequados. As ações da Prefeitura Municipal de Jales-SP estão legalmente embasadas através das Leis Municipais 225/2.012, 4.704/2.018 e 5.509/2.023. (inserir tabela com relação dos funcionários ligados ao setor de resíduos de construção civil)

CARGO/FUNÇÃO	QUANTIDADE
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	1
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE (ENGENHEIRO AMBIENTAL E SANITARISTA)	1
CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E LICENCIAMENTO AMBIENTAL (ENGENHEIRO AMBIENTAL, SANITARISTA E DE SEGURANÇA DO TRABALHO)	1
CHEFE DA DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA	1
MOTORISTA DE CAMINHÃO (TRANSPORTE DE	3